



# Anais da Assembléia

Nº 110

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE SETEMBRO DE 1990

ANO XV

## Atos da Presidência:

### LEI Nº 9367

DATA: 13 de setembro de 1990.

SÚMULA: Cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o município de CORONEL DOMINGOS SOARES, com território desmembrado do município de Palmas e divisas dos Distritos de Cel. Domingos Soares e Ubalino Taques.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º, do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito o município de CORONEL DOMINGOS SOARES, com território desmembrado do município de Palmas e com sede na localidade de Cel. Domingos Soares, e com as seguintes divisas e confrontações.

Art. 2º - Começa na confluência do rio Iguazu com o rio Butiá, seguindo pelo rio Butiá até encontrar o rio Rancho Grande, segue pelo rio Rancho Grande até encontrar o rio Chopin, seguindo pelo rio Chopin até encontrar o Córrego Manchorra, segue pelo Córrego Manchorra até encontrar o Córrego do Pouso Feio, segue pelo Córrego do Pouso Feio a divisa intermunicipal com Bituruna, seguindo pela divisa intermunicipal com Bituruna até encontrar o rio Iguazu, segue pelo rio Iguazu até encontrar o ponto de partida da confluência do rio Butiá.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 13.09.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

### LEI Nº 9368

DATA: 13 de setembro de 1990.

SÚMULA: Cria o município de QUATRO PONTES, com divisas que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º, do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o município de QUATRO PONTES, "ad referendum" do resultado de plebiscito, desmembrado do município de Marechal Cândido Rondon, com as seguintes divisas:

"Tem como ponto inicial e final a foz da Saga Crissiumal do Arroio Guaçu. Sobe

pelo Arroio Guaçu, divisa intermunicipal com Nova Santa Rosa e Toledo até a foz da Sanga Funda. Sobe por esta até a sua nascente (divisa intermunicipal com Toledo). Deste ponto por linha seca e reta rumo sudoeste até a nascente da Sanga Cristal. Descendo por esta até a sua foz no Lageado Azul. Descendo por este até o Lageado Três Voltas, subindo por este até a divisa dos lotes 9 e 8, seguindo por esta divisa, lote 08 (inclusive) e 09 (exclusive) até a divisa dos lotes 10 e 07 (inclusive) e 10 (exclusive) por esta divisa até a nascente do Arroio Fundo, descendo por este até a sua nascente. Deste ponto pela divisa dos lotes 37, 72, 50 e 36 (exclusive) e lotes 38, 69, 13, 21 e 35 (inclusive) até o Arroio Quatro Pontes. Descendo por este até a divisa dos lotes 154, 153 (exclusive) e 151 e 152 (inclusive) por esta divisa até a nascente da Sanga Crissiumal, descendo por esta até a sua foz do Arroio Guaçu, ponto inicial e final".

### MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES

"Tem como ponto inicial e final a divisa da Chácara 97 na rua Bagé. Do ponto inicial segue pelas divisas das Chácaras 97, 1 e 12 (exclusive) e quadras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 (inclusive) até a rua São Leopoldo, segue por esta até a rua 7 de Abril, por esta até a rua Santa Cruz, por esta até a divisa das Chácaras P.20, divisas das Chácaras P.20, P.11, P.10 e P.1 (exclusive) e Quadras 68, 67, 66, 65, 64, 63, 62 e 61 (inclusive) até a rua Bagé, rua Bagé até a divisa da Chácara 97, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 13.09.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

### LEI Nº 9369

DATA: 13 de setembro de 1990.

SÚMULA: Cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de SÃO MA-NOEL, desmembrado do município de Indianópolis, com as divisas e confrontações que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º, do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de SÃO MANOEL, com território desmembrado do Município de Indianópolis, com as seguintes divisas e confrontações:

"Principiando num marco de madeira de Lei, que foi cravado na foz do rio dos Índios que deságua no rio Ivaí, segue confrontando com a margem esquerda do rio dos Índios, até, a foz do rio Sambaqui; daí segue o Córrego Sambaqui acima, até o lote n° 35, daí segue confrontando com o lote n° 35 no rumo NE-30°25', na distância de 750,00 m, até um marco colocado na margem de uma estrada que liga Indianópolis e São Manoel; daí segue pela dita estrada asfaltada em direção a São Manoel no rumo geral SE-42°00' - NO na distância de 220,00 m, até o marco, deste segue ainda pela estrada no rumo NE-3°47' - SO na distância de 1.583,00 m, até um marco colocado na divisa com o lote n° 499; daí segue confrontando com o lote n° 499 no rumo NE-87°32' - SO na distância de 1.455,00 m até um marco colocado na margem direita do ribeirão São João; daí segue pela margem direita do ribeirão São João até um marco colocado na divisora das terras da C.M.N.PR. e o município de Rondon no rumo SO-24°22'-NE passando pelos Córregos Cadeado e Congo na distância de 7.760,00 m, até um marco colocado na margem esquerda do rio Ivaí e, finalmente, subindo o rio Ivaí acima pela sua margem esquerda até a foz do rio dos Índios, ponto de partida".

#### MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO

Tem como ponto de partida as chácaras n°s 36/D e 36/C no rumo NE-45°00' na distância de 500,00 m, até o marco de n° 34 e 33 no rumo SE-45°00'-NO na distância de 250,00 m e rua da Divisa até a rua Indianópolis e seguindo por esta rumo a Indianópolis no rumo NE-20°00'-SO na distância de 340,00 m, até a divisa com a chacara n° 466/467 segue confrontando com as chácaras n°s 466/467 no rumo SE-45°00'-NO na distância de 534,00 m até a um marco colocado na divisa com a chacara n° 468/A; daí segue confrontando com a chacara n° 468/A no rumo SO-45°00'-NE na distância de 310,00 m, rua Prudente de Moraes, até a rua da Divisa, daí segue com a chacara n° 468/A e rua da Divisa no rumo SE-45°00' na distância de 120,00 m, até um marco colocado na divisa com a chacara n° 461 segue rumo SO-53°00'-NE na distância de 690,00 m, passando pelas ruas Paranaguá, Paraíso e do Café, Avenida Rondon até a divisa com o lote 430; daí segue confrontando com o lote n° 430, 429/B no rumo NO-3°53'-SE na distância de 282,00 m, até um marco colocado na divisa com o lote n° 429/B e finalmente, segue confrontando com as cháca-

Curitiba, terça, em 18.09.90

ras n°s 429/B, 429 passando por uma estrada e as chácaras n°s 428/B, 428/A no rumo NO-45°00'-SE na distância de 490,00 m, até um marco colocado na divisa com a chacara n° 37, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 13.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LEI N° 9370

DATA: 13 de setembro de 1.990.

SÚMULA: Cria o município de MERCEDES, desmembrado do município de Mal. Cândido Rondon, com as divisas que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º, do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado, "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de MERCEDES, desmembrado do município de Marechal Cândido Rondon, com as seguintes divisas:

"Inicia no Lago de Itaipu (rio Paraná) confrontando com a República do Paraguai até a embocadura do lago Itaipu (rio Guaçu); da embocadura do Lago Itaipu (rio Guaçu) até o término do Lago Itaipu (Lago Guaçu) confrontando com o município de Guaira e Terra Roxa; do término do Lago Itaipu (rio Guaçu) ao ponto de embocadura do Lageado Guavirá à montante do Rio Guaçu, confrontando com município de Terra Roxa e Nova Santa Rosa; ponto de embocadura do Lageado Guavirá no rio Guaçu ao ponto de embocadura ao Lageado Mercedes à montante do Lageado Guavirá, confrontando com o Distrito de Novo Três Passos; do ponto de embocadura do Lageado Mercedes no Lageado Guavirá ao ponto de divisa entre os lotes rurais; lote 25 do 28º perímetro e o lote 24 do 28º perímetro (Distrito de Novo Horizonte) à montante do Lageado confrontando com o Distrito de Novo Três Passos; segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 25 e 49 do 28º perímetro e os lotes 23, 22, 21, 19, 18, 17 e 16 do 28º perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca os lotes rurais: 15 do 28º perímetro e o lote 16 do 28º perímetro (Distrito de Novo Horizonte) até a Sanga São Luiz; segue a montante da Sanga São Luiz à nascente da mesma (lote rural n° 13 do 28º perímetro) confrontando com o Distrito de Novo Horizonte; da nascente da Sanga São Luiz, segue por linha seca entre os lotes rurais: lote 13 do perímetro e o lote 113 do 18º perímetro (Distrito de Novo Horizonte); por linha seca entre os lotes rurais: lote 12 do 28º perímetro e o

lote 113 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); até o ponto que corta o Lageado 17 de Setembro, deste ponto em diante até o ponto de desembocadura da Sanga Martin, confrontando com o Distrito de Novo Horizonte; do ponto que a Sanga Martin emborça no Lageado 17 de Setembro segue à montante pela Sanga Martin até encontrar a linha divisória dos lotes rurais: lote 140 do 18° perímetro e o lote 35 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 140, 139, 138 do 18° perímetro e o lote 135 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 138 e 168 do 18° perímetro e o lote 69 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte) até encontrar o ponto que corta o Lageado Belmonte; segue a jusante do Lageado Belmonte até a linha divisória dos lotes rurais: lote 56 do 18° perímetro e o lote 55 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: lote 56 do 18° perímetro e o lote 55 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte), a linha que corta a Sanga 27 de Setembro; segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 10 e 56 do 42° perímetro e os lotes 9 e 59 do 42° perímetro (Distrito de Novo Horizonte), até encontrar o ponto que corta o Arroio São Luiz; confrontando com o Distrito de Novo Horizonte; segue a jusante do Arroio São Luiz até o Lago Itaipu (Arroio São Luiz) confrontando com Distrito de Porto Mendes; deste ponto segue pelo Lago Itaipu (Arroio São Luiz) à jusante até o ponto de embocadura no Lago Itaipu (rio Paraná), ponto de início, confrontando com o Distrito de Porto Mendes, ponto inicial e final."

Art. 2° - Anexo ao projeto, Memorial Descritivo e respectivo Mapa do Perímetro Urbano da futura área.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 13.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 057/90

DATA: 28/08/90.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica no Município de Cerro Azul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Vila Branca.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização

de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Cerro Azul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de VILA BRANCA, com sede na localidade de Varzeão e com as seguintes divisas:

"Começa no Rio Itapirapuã na divisa com o Estado de São Paulo, seguindo pelo Rio Itapirapuã até encontrar o Rio Ribeira na divisa distrital entre Cerro Azul e o Distrito de Varzeão, segue pelo Rio Ribeira até encontrar o Rio Turvo, seguindo pelo Rio Turvo até a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Castro, segue por esta divisa até encontrar a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Piraí do Sul, segue por esta divisa até encontrar a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Jaguariaíva, segue por esta divisa até encontrar a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Sengés, seguindo por esta divisa até encontrar o ponto de partida, o Rio Itapirapuã."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 064/90

DATA: 17/09/90.

SÚMULA: Autoriza a Comissão Executiva, mediante Decreto Legislativo, proceder alterações na remuneração dos servidores deste Poder, respeitadas as disposições constitucionais.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica a Comissão Executiva autorizada, mediante Decreto Legislativo, proceder alterações na remuneração dos servidores deste Poder, respeitadas as disposições constitucionais.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 17.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA  
ATA DA 80.ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 1990  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados Raul Lopes e Luciano Pizzatto.

A hora regimental é registrada a pre-

sença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Lindolfo Júnior, Paulino José Delazeri e Pedro Tonelli (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. JOSÉ FELINTO - (Pela Ordem) Eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. JOSÉ FELINTO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, dada a quantidade de Deputados presentes a esta Casa, eu dispenso a chamada nominal, uma vez que temos mais da metade da Bancada e dos Parlamentares, nesta Casa.

Curitiba, terça, em 18.09.90

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) Solicito, então, que Vossa Excelência proceda à verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita do Senhor 1º Secretário que proceda, novamente à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Algaci Túlio) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dezoito Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

Há quórum para prosseguimento desta sessão e votação da Ata. Está em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

##### Ofícios:

Sob os ns. DTL/241, 242, 243 e 244/90, do Senhor Governador do Estado, o qual restituiu a esta Casa, os Projetos de Lei ns. 118/90, 166/90, 162/89 e 157/90. - Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. DTL/240/90, do Senhor Governador do Estado comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei n. 393/90, por julgar as partes vetadas inconstitucionais, em razão dos motivos expostos. - À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n. 819/90, do Senhor João Cândido Ferreira da Cunha Pereira - Presidente do Tribunal de Contas, agradecendo pela aprovação do projeto de lei que fixa nova tabela para os vencimentos dos cargos em comissão do Estado, a partir do mês de setembro corrente. - Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 814/90, do Senhor João Cândido Ferreira da Cunha Pereira - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando para exame desta Assembléia, o anteprojeto de lei que dispõe sobre os vencimentos dos cargos efetivos pertencentes ao Quadro Próprio do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o n. 64/90, do Senhor Abrahão Miguel - Presidente do Tribunal de Justiça,

encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar as tabelas de vencimentos dos cargos provimento efetivo daquele Poder.

#### Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 65/90, do Senhor Abrahão Miguel - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar as tabelas de vencimentos dos cargos de provimento em comissão do Poder Judiciário.

#### Ao conhecimento da Casa.

Sob os ns. DTL/SAT/245, 246, 247 e 248/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

318/90 de autoria do Deputado Algaci Túlio, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Francisco Serale, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.362. Anote-se - Arquite-se.

323/90 de autoria do Deputado José Afonso, que concede à Senhora Miriam de Oliveira Camargo Rodrigues, viúva do ex-Prefeito de Santo Antonio da Platina, Senhor Jamidas Antunes Rodrigues, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 7.715,52, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.363. Anote-se - Arquite-se.

379/90 de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que declara de Utilidade Pública a Creche Jesus Criança, com sede e foro no Município de Campina da Lagoa, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.364. Anote-se - Arquite-se.

122/90 de autoria da ex-Deputada Arialba Freire, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Antonio Bordin, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.365. Anote-se - Arquite-se.

Of. P. n. 366/90

Curitiba, 04 de setembro de 1990.  
Senhor Secretário.

Com nossas cordiais saudações, passamos às mãos de Vossa Excelência o solicitado através dos expedientes 5.670/90/DA/CEA/SC e 5631/90/DA/CEA/SC, assunto que merece algumas ponderadas considerações para sua correta avaliação.

#### Processos Protocolados:

Em 10 (dez) anos de atividade passaram para análise e despacho, um universo de 131.012 processos, dos quais pendem somente 1.728, sendo 1.017 requerimento do ano em curso.

#### Restituição de áreas desmatadas:

O número de 262 processos aguardando a liberação de áreas, representam, pedidos de redução de multas alicerçadas sobre compromisso de recuperação de áreas desmatadas ao arripio da lei e que devem ser vistorradas para avaliação da recuperação.

Considerando-se que somente neste ano

o ITCF está entrando na era de processamento de dados, com seus óbices naturais de implantação e, conseqüentemente, recém fomos atrelados ao sistema integrado de protocolo.

Cumprindo nosso dever de informar o Poder Legislativo Estadual, aproveitamos para externar a Vossa Excelência nossa consideração e acatamento.

Atenciosamente

(a) IRINEU DALLA CORTE

Presidente

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 2213

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei n. 452/90, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n. 148/90, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Próprio da Fundação Teatro Guaíra - FGT, no valor de Cr\$ ..... 25.865,373,00, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 18.09.90.

(a) ALGACI TÚLIO

##### REQUERIMENTO N° 2223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Resolução n. 095/90.

Sala das Sessões, em 18.09.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 486/90  
Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1° - Fica fixado em Cr\$ ... 44.772,22, a partir de 1° de agosto do corrente ano, os vencimentos básicos de Assistente de Núcleo da Secretaria de Estado da Educação.

Parágrafo Único - Fica vedada a percepção de gratificação a título de serviços extraordinários ou de tempo integral e de dedicação exclusiva.

Art. 2° - Está lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e surtindo efeitos financeiros a partir de 1° de agosto de 1990.

Sala das Sessões, em 18.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

A medida aqui proposta visa valorizar

a desgastante função de Assistente de Núcleo, que através de seus préstimos em muito auxiliam o difícil dever do Estado no tocante à educação pública.

Por assim entendermos, esperamos poder contar com o devido apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 487/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Comendador Ingo Frederico Arthur Germer.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

As razões que nos levaram a conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Comendador Ingo Frederico Arthur Germer estão amplamente detalhadas no extenso "Curriculum Vitae".

PROJETO DE LEI N° 488/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Colégio Cenecista Marechal Arthur da Costa e Silva, Ensino de 2° Grau, sediado no Município de Japira, neste Estado.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei num prazo de 60 dias de sua publicação.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Cenecista Marechal Arthur da Costa e Silva é o único estabelecimento do ensino de 2° grau existente no Município de Japira, funcionando atualmente em instalações físicas cedidas pelo próprio Estado.

Possuindo habilitação em Magistério, atende cerca de noventa alunos, dispondo de biblioteca e laboratório, com o que demonstra ser uma correta opção para o desenvolvimento intelectual da população em idade escolar.

Em uma região com diversas carências materiais para seu perfeito desenvolvimento, cremos ser esta iniciativa mais uma correta tentativa no sentido de possibilitar uma melhor fixação dos habitantes em sua área de convivência social, razão pela

qual pretendemos o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 489/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Colégio Miniguaçu - Ensino de 2° Grau Regular e Supletivo, sediado no bairro Miniguaçu, Município de Francisco Beltrão - PR.

Art. 2° - Esta lei será regulamentada no prazo de 60 dias a partir de sua publicação, pelo Poder Executivo.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Com a transferência do Ensino de 3° Grau da Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão para a recém criada Universidade do Vale do Iguaçu, a UNIVALE, a manutenção do ensino de 2° Grau poderia sofrer solução de continuidade, o que se pretende evitar com a presente matéria.

O referido Colégio dispõe de cursos de Técnico em Agropecuária, em Eletrotécnica e em processamento de Dados, além do curso de Auxiliar de Enfermagem e do Supletivo de 2° Grau, atendendo um total de duzentos e quarenta e cinco alunos na região.

Para a manutenção correta desta estrutura educacional de tamanha importância para o desenvolvimento cultural dos demais Municípios da Região, é que apresentamos o presente projeto de lei, ao qual solicitamos o apoio e conseqüente aprovação dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 490/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - É concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Marcos Olsen.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 18.09.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Marcos José Olsen nasceu no Município de Canoinhas, estado de Santa Catarina e há 40 anos veio para o Paraná onde tornou-se um empresário de grande sucesso e um dos maiores nomes do esporte olímpico de nosso estado, em todos os tem-

Enquanto empresário, o dinamismo de sua administração resultou na expansão de suas empresas garantindo emprego e desenvolvimento. Dentre elas destacamos: Olsen Veículos, Araucária Administração de Consórcios, São Bernardo Administração e Serviços, Wiegando Olsen, Brasil Food, entre outras.

Participou ainda do Conselho Superior de Orientação em Economia e Finanças da FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná, foi Vice-Presidente da Associação Comercial do Paraná, Diretor do Centro do Comércio Varejista do Paraná, Presidente da Comissão Comercial e de Serviços do COIND e Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores FORD.

No esporte, sua perseverança e dedicação traduziu-se em muitos prêmios e conquistas. Como exemplo podemos citar: na modalidade de fossa olímpica, três vezes campeão sul americano individual, quatro vezes por equipe, três vezes campeão brasileiro, primeiro lugar no México-Torneio Benito Juarez, terceiro lugar no campeonato das Américas, realizado nos Estados Unidos da América. No tiro ao alvo, foi vice-campeão do mundo, campeão das Américas, campeão sul americano, campeão brasileiro e campeão da Copa Brasil.

Ainda como desportista, ganhou na Fossa Universal, a Copa do Mundo, o campeonato das Américas, o Sul Americano e o campeonato Brasileiro por quatro vezes. Foi premiado no automobilismo, motonáutica e skeet. Esteve presente representando nosso País nas Olimpíadas de Munique, Montreal, Moscou e Los Angeles. Em Seul, foi chefe da Equipe Brasileira de Tiro.

Por tudo isto, o presente projeto de lei pretende, com justiça, reconhecer os méritos do Senhor Marcos José Olsen, concedendo-lhe o título de Cidadão Honorário do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 491/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O Artigo 1° da Lei n. 9288, de 05 de junho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1° - Fica criado "Ad Referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Encantado do Oeste, com território desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, com sede na localidade do mesmo nome e as divisas assim especificadas:

"Tem como ponto inicial a Foz do Rio Encantado no Rio Piquiri. Deste ponto sobe pelo Rio Encantado até a Foz do Rio Barreiro, sobe por este até encontrar a linha de divisa das Colônias Pindorama e Peruí-

be, segue por esta divisa até a divisa dos lotes 254 e 255, no ponto aonde alcança o Rio Descoberto, sobe por este até a foz da Sanga das Cobras, sobe por esta sanga, até a linha de divisa dos lotes 99 e 100, segue por esta divisa até a linha de divisa da Fazenda Britânia, por esta linha de divisa segue rumo Norte até encontrar o Córrego Arapuçu, desce por este até sua foz no Rio do Peixe, desce por este até a ponte sobre a estrada que vai para PALOTINA, seguindo pela referida estrada rumo oeste, até o Rio São Pedro.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

PROJETO DE LEI N° 492/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado "Ad Referendum" do resultado do plebiscito, o Município de OURILÂNDIA, desmembrado do Município de Barbosa Ferraz, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Ponto inicial e final: foz do Córrego das Pedras ou Água do Juca no Rio Arurão. Do Ponto inicial, desce pelo Rio Arurão divisa intermunicipal com Peabiru e Fênix - até a foz do Rio Bagre; sobe por este até a foz do Córrego dos 100 alqueires; sobe por este até a sua nascente; deste ponto em linha reta e seca divisa intermunicipal com Barbosa Ferraz - até a foz do Córrego Ourilândia no Rio São Joaquim; deste ponto em linha reta e seca até a Água do Monte Azul; desce por esta até sua foz no Rio São Joaquim; sobe por este até a ponte na Estrada Souza Leão - Corumbataí do Sul - divisa intermunicipal com Corumbataí do Sul - segue por esta até a Estrada Corumbataí do Sul - Ourilândia segue por esta até a estrada Bourbônia - Ourilândia, segue por esta até o ponto mais próximo da nascente do Córrego das Pedras ou Água do Juca; deste ponto, segue em linha reta e seca até alcançar a nascente do Córrego das Pedras ou Água do Juca; desce por este até sua foz no Rio Arurão, ponto inicial e final".

MEMORIAL DESCRITIVO DO  
PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE  
OURILÂNDIA

"Ponto inicial e final: entroncamento da Rua General Osório com a Avenida Brasil. Do ponto inicial, segue pela Rua General Osório até o Córrego Bagrinho; desce por este até a Rua Duque de Caxias; segue por esta até a Avenida Rio Grande do Sul; segue por esta até a Avenida Brasil; deste



ponto, segue contornando e incluindo os lotes 805 a 821 até a Água da Onça; sobe por esta até a Rua Ceará; segue por esta até a Avenida Brasil; segue por esta até o entroncamento com a Rua General Osório, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

PROJETO DE LEI Nº 493/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede em Alto Pinheiro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.90.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão da entidade, tendo em vista seus objetivos educacionais, mormente nas áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, alimentação, cujos objetivos têm-se materializado ao longo de sua trajetória.

Deve-se destacar, outrossim, sua importância no entrosamento dos alunos com suas famílias e com a comunidade em geral, de forma a integrar o excepcional na sociedade para uma convivência normal.

Além disso, é de importância vital o trabalho de prevenção à excepcionalidade. Para tanto necessita ampliar suas condições de sobrevivência através de obtenção de recursos em vários setores, para os quais necessita de reconhecimento como entidade de Utilidade Pública.

Estando, por fim, acostada a documentação que atende rigorosamente aos preceitos estatuídos pela Lei n. 1994, de 1978, está o referido projeto em condições de merecer a aprovação pelo Colendo Plenário.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, amigos do Cândói, Jaime, Ville, Zelaso e demais companheiros.

Esta Casa, há dias atrás, aprovou a emancipação do município da Paz - Cândói aonde a população daquele município, ora presente, pertencendo à cidade de Guaraçuva. Existem duas correntes lutando, para que a sede do município fique instalada o mais próximo de si. Um de fato, de direito merecedor da instação deste município que é o município de Cândói em Segredo. Isto porque lá existe uma infraestrutura já há anos; lá existe aeroporto,

grandes empresas, Copel; lá também existe a quantidade maior de moradores daquele município.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, houve ali um plebiscito aonde se dizia "sim" ou "não", mas não era estipulado aonde deveria estar a sede do município.

O que querem os moradores de Cândói Senhores Parlamentares, simplesmente o direito de participar na urna aonde deve ficar estabelecida a sede daquele município.

Democracia se reconhece através do voto, da participação popular. E o que os moradores de Cândói querem é simplesmente o direito de disputar aonde deve ficar a sede do Município, se Corvo Branco ou Cândói. E deixem que os moradores da localidade escolham aonde deve ficar a sede. É isso que fazem aqui os moradores de Cândói porque é a vontade do povo. E já diziam os entendidos que "A vontade do povo deve ser respeitada porque é também a vontade de Deus".

Queremos agradecer a participação dos Senhores Parlamentares, Deputados Leônidas Chaves, Deputados Nereu Massignan, Senhor Presidente desta Casa Anibal Khury e demais Parlamentares que apenas dão o direito para que o povo de Cândói escolha seu próprio destino; que o povo de Cândói escolha através do voto o direito de dizer aonde deve estar a sede do município onde tudo acontece, onde tudo começa.

Essa colocação, essa participação nossa é respeitando a vontade daqueles que querem ter apenas o direito de votar e escolher democraticamente entre a área de abrangência onde moram ali os municípios, escolher a sua própria sede, o seu próprio destino.

Nós Parlamentares jamais temos o direito de impedir que os municípios escolham pelo voto aonde deve ser a sua sede. Porque o voto é a arma da democracia. É o símbolo maior da liberdade e da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou ser breve. Apenas um lembrete, uma observação seguida de uma conclamação, naturalmente aos companheiros desta Egrégia Casa e em especial ao Governo do Estado para a expectativa que paira na Polícia Militar tão logo o Governo através do seu líder nesta Casa, Deputado Caíto Quintana, retirou de pauta a Mensagem nº 157 que diz respeito à gratificação policial a dois policiais militares da gloriosa Polícia Militar.

Nós entramos com uma emenda; negociamos junto ao líder, por algumas sessões, e



há mais ou menos 10 sessões foi retirado de pauta e até a presente data a expectativa que paira, inclusive deste Deputado, não vejo sinalizada nenhuma possibilidade de apresentação. E eu queria tão somente dizer e chamar assim a atenção do Governo do Estado, através do Deputado Líder da Casa, para que pudesse naturalmente sensibilizar o Governador, porque a expectativa é muito grande, paira uma insatisfação muito grande, e se acontecer a não apresentação, para que nós possamos ainda este ano discutir, as coisas poderão, naturalmente se agravar. Não estou com isso ameaçando, mas acompanho, par e passo, os acontecimentos e todos os movimentos.

Chamei a atenção, adverti, com bastante prioridade, para o que estava por acontecer, e até a presente data, para surpresa nossa, as coisas parecem que não estão caminhando como a rigor deveria acontecer. Afinal de contas entramos no processo de negociação e a expectativa é enorme, desta Casa, tenho certeza, da Instituição e de todos nós, inclusive deste Deputado que vos fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Leônidas Chaves, com a palavra.

O SR. LEONIDAS CHAVES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que nós vemos hoje, na Assembléia do Estado, é uma parcela significativa da comunidade do Município de Cândói, que em visita aos Parlamentares, e até mesmo em atendimento a uma solicitação nossa, vieram a esta Casa para manifestar o seu desejo de que a lei que deu autonomia ao Município de Cândói, seja ela transformada, seja modificada, evidentemente com o voto da maioria dos Parlamentares desta Casa.

O projeto de Cândói, criação do Município é do Deputado Artagão de Mattos Leão, teve como redator o Deputado Cândido Bastos, é um projeto, sem dúvida nenhuma, de grande alcance, só que não se cria um Município deixando a metade da população satisfeita e a outra metade insatisfeita.

O Município de Cândói é uma das grandes regiões de Guarapuava, é uma região produtora, é uma região, que não temos a menor dúvida, consagrará um dos grandes municípios deste Estado.

Mas nesta oportunidade, juntamente com o Deputado José Felinto, e quero deixar que fui chamado a Segredo, para em companhia do Deputado José Felinto, levantarmos a bandeira clara, a bandeira da mudança da sede do Município de Cândói.

O Deputado José Felinto foi brilhante, mas esqueceu e eu aqui faço o adendo, nós queremos, realmente, é mudar a sede do Município de Cândói, porque não atende à

maioria da população daquele Distrito, hoje Município.

Quero deixar bem claro que respeito o Deputado Artagão Mattos Leão como autor do projeto, mas farei o meu reparo como homem público. Criar-se um município dividindo os seus amigos, dividindo a opinião de seus munícipes, a Assembléia do Paraná, por certo, haverá de entender a mensagem minha e do Deputado Felinto e aqui deveremos ganhar no voto, para que seja, definitivamente, mudada a sede do Município de Cândói, saindo do Corvo Branco e indo para o Segredo, pois justificamos e eu diria mais, se fosse eu um dos autores do projeto, proporia até, que o grande Distrito de Cândói, fosse o grande município de Cândói hoje criado, fosse até subdividido em dois. Sou favorável não aos municípios grandes, mas às grandes regiões. Não vejo possibilidade dos grandes municípios encontrarem seu crescimento rapidamente. Tenho certeza absoluta, dividido o município grande, terá mais condições de se desenvolver e de realmente se firmar como mais um grande município da unidade do Estado. Sou sempre favorável à criação de municípios novos, porque entendo que uma grande área rural dividida em propriedades menores a sua produtividade seria maior e assim acontece também ao meu ver com a criação de novos municípios.

Senhores Parlamentares, vamos ter aqui um embate político, de um lado, o pessoal de Corvo Branco que hoje já tem sua sede, de outro lado os moradores de Segredo, e ao nosso ver vamos para a batalha, batalha no bom sentido, no sentido de atender a maioria da vontade daqueles que moram no município de Cândói. Não se pode, à revelia da maioria, se criar ou se constituir a sede de um município contrariando a vontade da maioria. Aos moradores de Segredo, fica aqui o nosso empenho, não a nossa promessa, quando fui a Segredo chamado, disse que não prometeria mas que trabalharia para que isso se realizasse, fica aqui o meu empenho e o empenho do Deputado Felinto.

E pedimos aos Senhores Parlamentares que no dia em que apreciarmos essa matéria, precisamos, sem dúvida nenhuma, dar a entrada final para que esse projeto tenha o seu sim na 3.<sup>a</sup> discussão. E aí eu entendo estará mudada a sede do município de Cândói, que hoje através da lei se institui em Corvo Branco para definitivamente ir para a localidade de Segredo hoje no Município de Cândói.

Tenho certeza, população de Segredo, eu e o Deputado Felinto estaremos aqui, não brigando contra o Deputado Artagão, nem contra o Deputado Cândido, são nossos companheiros, nossos amigos e nós os respeitamos muito, mas estaremos aqui brigan-

do para fazer com que a vontade da maioria seja vencedora, e portanto, em caráter definitivo a sede do Corvo Branco passe para Segredo.

Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Artagão Mattos Leão com a palavra.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, como homem público nós sabemos que em muitas oportunidades falamos o que a platéia gosta e quer ouvir, mas aquele homem público que se preza tem que ter segurança para falar também aquilo que a platéia não quer ouvir.

Sei que não vou ser aplaudido, mas o aplauso não é o que me interessa no dia de hoje, o que me interessa é esclarecer os fatos para que nossos irmãos, nossos companheiros não fiquem se deslocando de suas casas para Curitiba, para esta Assembléia, visando defender os seus interesses, mas muitas vezes iludidos, pensando que uma simples votação aqui na Assembléia já vai mudar a sede do Município de Cândói, que basta votarmos as três discussões e a sede estará mudada, o que não é verdade, não é uma realidade. Existe o prazo de sanção e existe um recurso legal junto à Justiça, para sempre e quando a lei é burlada, como querem burlar neste momento.

Ora, a Constituição do Estado, no seu artigo 17, é clara, quando diz que:

"Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local". Não cabe a Assembléia Legislativa, a Assembléia Legislativa não tem competência, para mudar sede de município. Ela tem competência para criar município, e quem pode afirmar se aceita esta criação ou não, é a população através de plebiscito, e este plebiscito já foi realizado. Obteve aceitação com mais de 90% e para mudarmos a sede é só depois da instalação do município, com a manifestação clara do Senhor Prefeito Municipal e dos Senhores Vereadores.

Portanto, podem ganhar aqui hoje, mas, não vão levar. Não vão levar porque a Justiça, assim reza a lei, assim reza.

Nós respeitamos os nossos colegas Deputados, não estamos aqui para criticá-los, e respeitamos, e muito à comunidade de Segredo. Estivemos lá, em várias oportunidades. Nós trabalhamos neste processo por três anos; por três anos trabalhamos neste processo, e não recebemos nenhuma manifestação oficial da comunidade de Segredo dizendo que não aceitava a sede no Corvo Branco, que queria a sede lá em Segredo.

Veio o plebiscito, a comunidade de Segredo votou, sim, ao novo Município de

Cândói, com a sede no Corvo Branco.

Pode até ter votado enganado, eu não estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede às galerias que não se manifestem, senão serão obrigados a evacuar o Plenário.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Esta Casa de Leis é uma Casa democrática, e como democrática que é, respeita a manifestação dos nobres companheiros.

Se foram enganados, não foram enganados por mim, porque eu nunca escondi, e que eles tinham cópia do meu processo, que lhes foi encaminhada por colegas desta Casa, onde constava que a sede era no Corvo Branco.

Eu não os enganei. Eu nunca fui lá dizendo que eu mudaria a sede, ou que a sede seria em Segredo. Ela sempre foi no Corvo Branco.

E acredito que a saída para este impasse, seria um plebiscito, para escolher a localização da sede.

Seria um plebiscito. A população se manifestaria, e eu acataria. Eu não tenho nenhuma intenção de forçar sede aqui ou lá. O que não podemos é ficar aprovando nesta Casa, coisas ilegais; coisas ilegais iludindo o nosso povo.

Eu não sou contra a sede em Segredo, nunca fui. Querem marcar um plebiscito, marquem, faça-se seu plebiscito. Agora, não é aprovando esta lei, não é aprovando esta lei, que a sede estará mudada.

É preciso que os companheiros fiquem cientes disto, para não dizerem depois novamente: "Fomos enganados", "Fomos iludidos".

Estou fazendo o meu alerta à comunidade de Segredo, e, como autor do projeto de lei, vou defender, vou defender, enquanto não houver um plebiscito, para que a população se manifeste livremente, vou defender como sede do Município de Cândói, a localidade de Corvo Branco.

Enquanto não tiver um plebiscito, para que a população de Cândói se manifeste livremente, defenderei a sede na localidade de Corvo Branco.

O SR. LEÓNIDAS CHAVES - Deputado Artagão, V.Exa. me concede um aparte por gentileza?

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu concederia se o Regimento Interno permitisse, porque no Pequeno Expediente não cabe aparte. Mas V.Exa. pode falar, se o Presidente permitir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No regime democrático, nós vamos permitir.

O SR. LEONIDAS CHAVES - Deputado Artagão, V.Exa. disse que a aprovação em terceira discussão pela Assembléia do Paraná não seria válida juridicamente. Eu acho que V.Exa. está enganado. V.Exa. falou mais uma coisa, que haveria necessidade que o Prefeito do novo município entrasse em entendimento, teria que comparecer para dar a sua aquiescência ou não.

Foi isso que V.Exa. falou ou não?

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Quando instalado o município caberia ao Prefeito e a Câmara Municipal a manifestação.

O SR. LEONIDAS CHAVES - Eu diria então a V.Exa. que esse obstáculo não existe e eu quero lembrar a V.Exa. que através de um projeto na Assembléia do Paraná eu criei o Município de Turvo e o Município de Santa Galo, e o Prefeito de Guarapuava na época era o atual Deputado Estadual Cândido Pacheco Bastos e contra a vontade do Prefeito e dos Vereadores eu criei o Município de Turvo e o Município de Santa Galo.

Segunda coisa, passado pela Assembléia Legislativa em 3ª Discussão, realmente não tem mais saída, não vejo mais uma saída jurídica que pudesse obstar a criação desse município. E se V.Exa. sabe, por gentileza nos informe, a fim de que nós possamos verificar melhor isso.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - No meu pronunciamento eu disse que após a aprovação não estaria definitivamente criado, porque restaria ainda a sanção e restaria ainda a ação judicial, por isso que eu me referi e é perfeitamente correto o que eu disse.

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a nossa prática desde que entramos na política, como líder sindical e como homem cristão é sob hipótese alguma usar a maneira de iludir as pessoas, como afirma o companheiro de bancada, Deputado Artagão Mattos Leão.

A nossa prática de vida é a prática da verdade. Iludidas foram as pessoas que votaram no plebiscito e que não sabiam o que estava certo, por isso a nossa prática é esta.

Segundo grande parte desses trabalhadores que moram em Segredo, estiveram conosco junto ao Governador do Estado, que disse que não sancionaria aquele projeto, como não sancionou e esta Casa promulgou. E no mesmo ato tiveram com o Governador do Estado que diz que se esta Casa aprovar ele sancionará a sede do Distrito ali em Segredo.

Portanto, cremos no Governador do Estado que é um homem que tem se pautado pela palavra, pela honradez e este Parlamen-

tar como os demais Parlamentares que deverão de votar pela vontade da população, tenham conhecimento de que a voz do povo é a voz de Deus e quem quer a sede lá são os moradores e depois de aprovado aqui e sancionado pelo Governo, me parece que eu entendi que o Deputado Artagão vai entrar na justiça contra e eu acho que isto é lutar contra a vontade do povo e a vontade do povo é a vontade de Deus.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu respeito até a posição do Deputado Leonidas Chaves, que foi à tribuna, falou corretamente, mas não posso respeitar a opinião do Deputado José Felinto que aqui na tribuna errou até o nome do município, falou que ele ia decidir se a sede era no Candoi ou em Corvo Branco.

Quer dizer, na verdade não conhece nada...

O SR. JOSÉ FELINTO - V.Exa. que não conhece.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Não conhece nada, está procurando ganhar voto. O Deputado Leonidas Chaves conhece, foi lá e expôs... (VOZES SOBREPOSTAS)

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu não ia nem falar que V.Exa. errou aqui, porque ia ficar até chato, mas V.Exa. vem fazer demagogia para cima de mim, para cima de mim não Deputado Felinto. Vai fazer demagogia lá na Assembléia de Deus.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Eu não quero entrar no mérito da discussão da criação ou não do município de hoje, mesmo porque não conheço a realidade, mas quero entrar no seguinte mérito: nós precisamos reconquistar a credibilidade política e eu gostaria de dar um dado para reflexão dos Deputados e para reflexão da população presente. Em 1.987 foram criados 7 municípios; em 1.988 foram criados 4 municípios; em 1.989 foram criados 10 municípios; no ano de 1.990 - ano eleitoral, foram criados mais de 50 municípios. Eu acho que esta discussão se tornaria muito mais real, viável e séria, se a criação desses municípios pudessem passar pelas comissões internas, pudessem vir respaldadas pelos Vereadores pelos Prefeitos, pela comunidade organizada, ao invés de ficarmos discutindo aqui, em cima da eleição, criações de municípios e em algumas vezes, que não atendem ao interesse da população.

Este é um ano eleitoral, este é um mês eleitoral. Não quero entrar no mérito se está certo o Artagão, se está certo o Felinto ou o Leonidas. Quero apenas dar um dado que nos causa estranheza, porque como repito, em 1.987, 7; 1.988, 4; 1989, 10;

1.990 mais de 50. Isso é um dado real por ser uma época eleitoreira. Por isso eu pediria à população, aos Senhores Deputados, para que pudéssemos reconquistar a credibilidade, deixássemos essa discussão para após 3 de outubro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Senhor Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Concluindo, Senhor Presidente, eu diria que a lei reza que para nós criarmos um município e indicarmos uma sede, é necessária uma certidão do IBGE onde conste número de sedes, número de casas, número de casas comerciais e no nosso projeto constou uma certidão do IBGE. Neste processo não consta absolutamente nada, a não ser um documento do Gabinete do Deputado José Felinto, dando algumas informações, mas como o Gabinete do Deputado José Felinto não merece fé pública, aí o processo não consta absolutamente nada. No nosso parecer tem todos os documentos legais exigidos. Por isso, Senhor Presidente, queremos fazer um apelo a V.Exa., impondo o bom nome desta Casa, vamos retirar da Ordem do Dia este projeto e vamos analisá-lo com vagar após as eleições que eu tenho certeza que o esforço do Deputado José Felinto não vai ser o mesmo.

O SR. JOSÉ FELINTO - Para uma questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para uma questão de ordem, está com a palavra o Senhor Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Só para esclarecer ao Deputado Artagão Mattos Leão que o projeto - não é processo, é projeto - é apenas das mudanças, porque a criação do município ele já havia apresentado e incluído lá a sede, coisas que desconheciam os moradores de Segredo.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu agradeço Senhor Presidente e indago de V.Exa. se acata o meu requerimento da retirada da Ordem do Dia deste projeto para ser analisado após eleições.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Um projeto para ser retirado da Ordem do Dia, depende da aprovação do Plenário.

Está encerrado o Pequeno Expediente.

Passa-se ao Grande Expediente.

Não há oradores inscritos.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulta-se à Liderança do PT se fará uso do seu horário que lhe é reservado.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PL se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PDC se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PFL se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PTB se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PRN se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PDT se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 366/90, subscrito pelo Senhor Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, constantes do expediente, encaminhando ao Senhor 1° Secretário informações solicitadas por este Poder.- À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 95/90.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, acima aprovado:

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 095/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito nas áreas territoriais denominadas TIJUCO, IMBITUVA e PAVÃO, pertencentes ao Município da Lapa, a fim de que seja consultada a sua população, objetivando a anexação deste território ao Município de Balsa Nova. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94, de 20.08.90).

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 213/90, de autoria do Deputado NAMIR PIA-CENTINI, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS PERITOS OFICIAIS DO ESTADO DO PARANÁ", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 37, de 09.04.90).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 401/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que denomina ULISSES VIGANÓ a Rodovia que liga o Município de Marmeleiro à Capo-Erê/SC. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. (Publ. no D.A. n° 86, de 06.08.90).

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, desde o 1° item eu estou pedindo "pela ordem" a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra, pela ordem, desde o 1° item.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu não encontrei nos itens relacionados na Ordem do Dia, a votação, motivo da convocação do esforço concentrado desta semana, do relatório da Lei das Diretrizes Orçamentárias. Eu consulto Vossa Excelência sobre o motivo da ausência da votação desta importante lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa suspendeu o esforço concentrado marcando para a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de comum acordo com as Lideranças, e transferiu a votação desta matéria, por ser matéria de suma importância, da qual V.Exa. é o Relator e elaborador do Substitutivo Geral, para após a eleição de três de outubro.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Mas, Senhor Presidente, desde a primeira convocação do mês de agosto, dias 20, 21 e 22, ficou convencionado que seria apreciado este projeto. E depois, como não foi

possível apreciar naquele período e V.Exa. tomou a iniciativa da retirada da Ordem do Dia, ficou encaminhado para este esforço concentrado.

Então, diante destes fatos, eu requeiro a V.Exa. a inclusão na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, ao final da sessão, vai informar a V.Exa. as providências que irá tomar, neste sentido.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, sem nós tomarmos uma decisão, nós ficamos impedidos até de votar a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, eu acho que V.Exa. pode votar a Ordem do Dia. Não há inconveniente.

O SR. RUBENS BUENO - Mas, veja, há inconvenientes. E V.Exa. há de convir conosco de que há inconveniência. Nós estamos aqui desde o mês de abril com a proposta do Poder Executivo, para ser apreciada a Lei de Diretrizes Orçamentárias, cujos prazos venceu no dia 30 de junho. E dia 30 de setembro é o prazo fatal do envio da proposta para o Parlamento. E é uma prerrogativa conquistada pelo Parlamento. Cabe a cada um de nós, agora, a responsabilidade de fazer votar esta importante Lei para o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa entende que a lei é de suma importância. E por isso mesmo, sendo uma lei de caráter excepcional, necessitando de maioria absoluta para a sua aprovação, a Mesa entende que ela será e deve ser votada após três de outubro, entre o período de cinco a dez de outubro.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Mas, V.Exa. há de convir conosco que uma proposta como esta, que não está na Ordem do Dia, não dá para saber se nós estamos em maioria ou minoria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aí há um mistério, uma incógnita. Mas, a Mesa entende que para a votação desta matéria, trata-se de uma Lei Complementar, serão vinte e oito votos os necessários para a sua aprovação.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Por isso o esforço concentrado desta semana, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O esforço concentrado foi suspenso.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Mas, com

a anuência dos Senhores Líderes das Bancadas?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É, dos Senhores Líderes das Bancadas, que foram consultados.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Eu consulto às Lideranças se estão de acordo com a alteração do esforço concentrado desta semana. Eu estou consultando, Senhor Presidente, para que nós possamos, efetivamente, tomar uma posição. V.Exa, a Presidência desta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa está colocando em dúvida a palavra do seu Presidente...

O SR. RUBENS BUENO - Não, em absoluto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ... pode consultar as Lideranças.

O SR. RUBENS BUENO - Não, eu não vou consultar, Senhor Presidente.

Eu estou só colocando a V.Exa. que, inclusive, sugeriu o caminho para que nós entrássemos até na justiça, com relação a um fato importante como este. Então, eu quero insistir com V.Exa pela importância da votação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa decidirá ao final da sessão. E informará a V.Exa da decisão da Mesa.

O SR. RUBENS BUENO - Eu lamento, Senhor Presidente, mas eu não vou participar da sessão, nestas condições. E vou encaminhar, então, a sugestão que V.Exa me fez.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É problema de V.Exa. Exclusivo.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n° 088/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica no Município de Campina Grande do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de JARDIM PAULISTA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. (Publ. no D.A. n° 86, de 06.08.90).

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Eu solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto

n° 88/90 queiram levantar-se. Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

O SR. LEONIDAS CHAVES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não entendi esse último item, desculpa. Será que V.Exa. poderia colocar novamente em votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Redação Final do Projeto de Resolução n° 88/90. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

- 16 aprovam, nenhum rejeita.

Não há quórum para votação nem para prosseguimento da sessão.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria que fosse registrado nos Anais da Casa a presença do prefeito de Mariluz Dr. Luis Acacim acompanhado do seu filho.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 452/90.- Prejudicado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n° 88/90.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 474/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 57/89; 175, 303, 366, 382, 419, 477 e 478/90 e do Projeto de Resolução n° 95/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 231/87; 08/89; 403, 406, 450, 452, 458, 483, 484 e 485/90 e dos Projetos de Resolução n°s 78 e 100/90.

Levanta-se a sessão.